

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.518, DE 2021

Dispõe sobre os requisitos intelectuais e éticos exigidos pela Constituição Federal para o provimento de cargos públicos nos tribunais, conselhos nacionais e no Poder Executivo.

Autores: Deputados TABATA AMARAL E OUTROS

Relator: Deputado DUARTE JR.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.518, de 2021, de autoria da Deputada Tabata Amaral e outros, tem por objetivo dispor sobre os requisitos intelectuais e éticos exigidos pela Constituição Federal para o provimento de cargos públicos nos tribunais, conselhos nacionais e no Poder Executivo.

A proposição sob exame foi distribuída, em regime de tramitação ordinária, para fins de apreciação conclusiva da Comissão de Administração e Serviço Público (CASP), para análise do mérito; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto de lei.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR



A Constituição Federal prevê como requisitos para investidura em determinados cargos, alguns conceitos jurídicos, como reputação e conduta ilibada, notável e notório saber jurídico, idoneidade moral, consoante o disposto a seguir:

Art. 73.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

.....

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

.....

Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de **notório saber jurídico** e de **reputação ilibada**, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

.....

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de **notável saber jurídico** e **reputação ilibada**.

.....

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

.....

XIII - dois cidadãos, de **notável saber jurídico** e **reputação ilibada**, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.



.....
Art. 104.

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de **notável saber jurídico e reputação ilibada**, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

.....
Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de **notável saber jurídico e reputação ilibada**, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

.....
Art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

.....
II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de **notável saber jurídico e idoneidade moral**, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

.....
Art. 120.

§ 1º - Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

.....
III - por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de **notável saber jurídico e idoneidade moral**, indicados pelo Tribunal de Justiça.

.....
Art. 123.

Parágrafo único. Os Ministros civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, sendo:



I - três dentre advogados de **notório saber jurídico e conduta ilibada**, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;

.....

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

.....

VI - dois cidadãos de **notável saber jurídico e reputação ilibada**, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal

.....

Art. 131.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de **notável saber jurídico e reputação ilibada**.

.....

Estes termos são denominados de conceitos jurídicos indeterminados, conceitos legais indeterminados ou conceitos vagos. No direito administrativo, temos como exemplo desses conceitos as expressões: notório saber jurídico, interesse público, ordem pública, reputação ilibada, moralidade administrativa, entre outros.

Os conceitos legais indeterminados são palavras ou expressões indicadas na lei, de conteúdo e extensão altamente vagos, imprecisos e genéricos, e, por isso mesmo, esse conceito é abstrato e lacunoso.

Nesse sentido, os conceitos jurídicos indeterminados apresentam um significado mínimo indubitável que permitem a definição de situações em que o conceito é aplicável (zona de certeza positiva) ou não aplicável (zona de certeza negativa), mas também existem situações em que as qualidades que constituem um significado mínimo do conceito estão



parcialmente presentes, desencadeando, uma liberdade para a definição do conceito, que se distancia da certeza absoluta (zona intermediária).

Maria Sylvia Zanella Di Pietro identifica duas posturas básicas no tocante aos conceitos jurídicos indeterminados:

1) a dos que entendem que eles não conferem discricionariedade à Administração porque, diante deles, ela tem que fazer um trabalho de interpretação que leve à única solução possível; e

2) a dos que acham que eles podem conferir discricionariedade à Administração desde que se trate de conceito de valor.¹

A proposição em análise pretende fornecer elementos e critérios mais precisos para identificar tais expressões, que se constituem em conceitos jurídicos indeterminados, e que necessitam, portanto, de interpretação. A aferição dos mencionados requisitos constitucionais para a investidura em cargos públicos não deve constituir um juízo puramente discriminatório, razão pela qual consideramos bastante oportuna a intenção de conceituá-los.

Diante do exposto, votamos, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.518, de 2021.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DUARTE JR.
Relator

¹ DI PRIETO, Maria Sylvia Zanella. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 116.

